

SOL

09-01-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Economia

Dimensão: 1487

Imagem: S/PB

Página (s): 36/37



# NEGÓCIOS COMBINADOS

Sara Ribeiro

sara.ribeiro@sol.pt

**Buscas à PT visaram as múltiplas versões que a auditoria ao investimento na Rioforte já teve, depois de correcções da administração. Relatório não deixa ninguém de fora. Bava, Granadeiro e Salgado combinaram. Moraes Pires e Pacheco de Melo agilizaram.**

**N**a terça-feira a sede da Portugal Telecom (PT) em Lisboa recebeu visitas inesperadas. Durante mais de 10 horas vários elementos da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária (PJ) passaram a pente

fino o 7.º piso do edifício em Picoas, onde a administração trabalha. Viram *e-mails*, analisaram correspondência e abriram ficheiros em computadores. Tudo com um objectivo: recolher as múltiplas versões que a auditoria ao investimento na Rioforte já teve, devido a sucessivas correcções soli-

citadas pela PT SGPS à consultora PricewaterhouseCoopers (PwC), que fez o relatório.

A auditoria à decisão de fazer o investimento no Grupo Espírito Santo foi encomendada em Agosto pela PT, depois do colapso das *holdings* da família de Ricardo Salgado. A aplicação não chegou a ser reembolsada, tendo obrigado à revisão das condições da fusão entre a PT e a brasileira Oi.

Mas, quase cinco meses depois, os resultados teimavam em não sair. A Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM) tinha solicitado à PT SGPS que o relatório fosse entregue assim que estivesse concluído, mas a uma semana da assembleia-geral que vai ditar a venda ou não da dona do Meo à francesa Altice, agendada

para 12 de Janeiro, o supervisor ainda não tinha recebido o documento final (ver texto ao lado).

Entretanto, as queixas do regulador e também de acionistas chegaram ao Ministério Público. Foi aberto um inquérito com base em suspeitas de participação económica em negócio e burla qualificada, que culminaram nas buscas desta semana, acompanhadas pelo juiz Carlos Alexandre.

A acção resultou na apreensão de múltipla documentação e troca de correspondência entre os administradores da PT e do GES. A sede da PwC também contou com as visitas de inspectores da PJ durante a parte da manhã de terça-feira.

#### **A peça-chave do conflito**

O relatório da auditoria acabou por ser entregue pela PT SGPS à

CMVM na terça-feira à noite, já depois das buscas. Era a data da conclusão final do documento, segundo o *board* da PT SGPS.

Mas o documento da PwC, que pode ser um elemento essencial para encontrar os responsáveis pelo investimento ruinoso, não contém toda a informação que o regulador quer. As buscas da PJ tinham como objectivo chegar à posse do documento final, mas também a todas as versões preliminares. Ao que o *SOL* apurou, desde que a consultora começou a realizar a auditoria entregou vários relatórios, que foram sofrendo alterações a pedido da PT SGPS. As primeiras versões incluíam acusações graves a actuais e antigos gestores da PT, incluindo Henrique Granadeiro e Zeinal Bava – que entretanto deixaram os cargos na PT e na Oi, respectivamente.

Segundo o *Público*, a versão final do relatório omite nomes de gestores. E alguns quadros e ex-quadros que foram ouvidos pela PwC quiseram alterar os primeiros depoimentos. Estes dados vão ao encontro de suspeitas de adulteração das conclusões da auditoria, que acionistas e CMVM transmitiram ao MP.

Para juntar as 'pontas soltas' que possam resultar do relatório final da PwC, a PJ procurou durante as buscas troca de comunicações entre gestores da PT e do GES, como *e-mails*, já que uma das dificuldades da PwC em apurar os responsáveis deveu-se, precisamente, ao fac-



to de muitos contactos terem sido feitos forma informal.

#### Os nomes em cima da mesa

Apesar da dificuldade em obter provas materiais relativas à decisão do investimento na Rioforte, a auditoria contém relatos de reuniões para decidir a renovação da aplicação entre os administradores financeiros da PT e do BES, Luís Pacheco de Melo e Amílcar Moraes Pires, bem como o director financeiro da PT, Carlos Cruz. E pelo menos um destes encontros foi a pedido de Henrique Granadeiro e Ricardo Salgado, cuja relação de amizade é conhecida. E os indícios apontam também para Bava, que antes dessas reuniões terá chegado a acordo com os dois gestores.

Segundo uma síntese do documento revelado pela *TVI*, não é referido se os brasileiros da Oi tinham conhecimento dos investimentos. Zeinal Bava garantiu sempre que não sabia, já que o montante do investimento teria sido incluído nas aplicações de tesouraria globais.

Tudo indica assim que Salgado, Granadeiro, Bava, Pacheco de Melo e Moraes Pires foram as peças que permitiram que o investimento se concretizasse, penalizando as contas da PT. A auditoria revela que a operadora se endividou para investir na empresa do GES e que emprestou dinheiro à Rioforte a taxas de juro inferiores daquelas que suportava no mercado para se financiar; avançou o *Público*.

## Gestores arriscam prisão

O Ministério Público vai analisar a documentação que recolheu nas buscas à PT e à PwC para averiguar se houve crime de participação económica em negócio, além de burla qualificada. Até ao momento não são conhecidos arguidos, mas caso o DCIAP chegue a esta conclusão os visados podem ser punidos com penas de prisão. A participação económica em negócio ocorre quando um funcionário lesa os interesses patrimoniais da empresa ou instituição em benefício próprio ou de terceiros. Foi um dos crimes que condenaram José Penados e Vítor Baptista, ex-gestores na REN, no processo Face Oculta. Ambos cumprem agora penas de prisão. Caso o Ministério Público entenda que não houve crime na PT, e sim gestão danosa, a 'bola' passa para o regulador do mercado (CMVM), que poderá aplicar multas. S.R.